



IPAM
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



Relatório Nº 8/2026/IPAM-AGPC



PREVIDÊNCIA

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL



www.ipam.ro.gov.br

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

APRESENTAÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Relatório de Gestão Atuarial constitui instrumento essencial de monitoramento dos resultados atuariais e de gerenciamento dos planos de custeio e benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social. No contexto do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM, este documento representa uma ferramenta fundamental para análise e acompanhamento da situação previdenciária municipal, especialmente considerando o período de transformação estrutural vivenciado no triênio 2023-2025.

O presente Relatório foi elaborado em estrita conformidade com o item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS (Versão 3.6, 2025), contemplando análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais, conforme exigido para certificação no Nível II do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão de Regimes Próprios de Previdência Social.

1.1 Fundamentação Legal

Este documento atende às determinações legais e regulamentares vigentes, especialmente:

- Lei Federal nº 9.717/1998: Estabelece a obrigatoriedade de realização anual de estudos atuariais para mensuração do equilíbrio econômico-financeiro dos RPPS;
- Portaria MTP nº 1.467/2022: Define os parâmetros e diretrizes técnicas para elaboração das avaliações atuariais, incluindo a exigência de análise comparativa trienal;
- Manual do Pró-Gestão RPPS (Versão 3.6, 2025): Especifica os requisitos para o Relatório de Gestão Atuarial como condição para certificação institucional, com ênfase no comparativo das três últimas avaliações;
- Lei Complementar Municipal nº 969/2023: Estabelece a segregação de massa que estrutura a organização dual do RPPS do IPAM.

1.2 Período de Análise e Contexto Histórico

Com base na Avaliação Atuarial nº 0024/2026 da Lógica Consultoria Atuarial elaborada por Adilson Moraes da Costa (MIBA nº 1.032), o triênio 2023-2025 caracteriza-se como período de consolidação estrutural do RPPS do IPAM, marcado pela implementação efetiva da segregação de massa estabelecida pela Lei Complementar nº 969/2023. Esta transformação dividiu o sistema previdenciário em dois planos distintos:

- Plano Previdenciário: Regime de capitalização para servidores admitidos após 13/11/2019, apresentando superávit atuarial de R\$ 76,3 milhões conforme Avaliação com data focal 31 de dezembro de 2025;
- Plano Financeiro: Regime de repartição simples para servidores anteriores e beneficiários existentes, apresentando trajetória de controle progressivo do déficit atuarial.

1.3 Finalidade e Escopo

O Relatório tem por finalidade proporcionar visão abrangente da evolução atuarial do RPPS do IPAM no período 2023-2025, oferecendo subsídios técnicos para:

- Monitoramento sistemático da evolução dos compromissos previdenciários durante o período de consolidação pós-segregação;
- Análise da sustentabilidade financeira e atuarial de ambos os planos, considerando suas distintas características e regimes de financiamento;
- Avaliação da efetividade das políticas implementadas no triênio, incluindo o impacto da segregação de massa e das medidas de equacionamento do déficit;
- Suporte à tomada de decisões estratégicas na gestão previdenciária, fundamentado na análise comparativa trienal obrigatória;
- Demonstração da transparência na administração dos recursos previdenciários e conformidade regulatória integral;
- Cumprimento das exigências do Pró-Gestão Nível II, através da análise comparativa detalhada dos resultados das avaliações de 2023, 2024 e 2025.

1.4 Características do Período Analisado

O triênio 2023-2025 distingue-se por marcos fundamentais que impactaram significativamente a gestão atuarial:

- 2023: Implementação da segregação de massa com primeira avaliação dual dos planos;
- 2024: Consolidação metodológica e ajustes decorrentes da experiência inicial de segregação;
- 2025: Estabilização dos indicadores e validação da sustentabilidade da nova estrutura previdenciária conforme Avaliação Atuarial com data focal 31 de dezembro de 2025;

A análise contempla tanto o Plano Previdenciário quanto o Plano Financeiro, refletindo a estrutura dual consolidada no período, e abrange projeções de longo prazo de 75 anos essenciais para a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal, conforme determina a legislação vigente

2. ESTRUTURA DUAL DO RPPS

O RPPS do IPAM está estruturado em dois fundos previdenciários distintos, implementados através da segregação de massa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 969/2023, conforme marco temporal definido pela Emenda Constitucional nº 103/2019:

a) PLANO PREVIDENCIÁRIO (Fundo de Capitalização)

- Abrange os servidores admitidos a partir de 13 de novembro de 2019
- Estruturado em regime financeiro de capitalização
- Situação atuarial: superávit de R\$ 76,3 milhões
- Demonstra sustentabilidade de longo prazo e equilíbrio atuarial consolidado
- Beneficia-se das novas regras constitucionais e contributivas mais rigorosas.

b) PLANO FINANCEIRO (Fundo em Repartição)

- Contempla os servidores admitidos até 12 de novembro de 2019 e benefícios já concedidos
- Opera em regime financeiro de repartição simples
- Situação atuarial: déficit de R\$ 2,66 bilhões

- Demanda estratégias específicas de equacionamento através do Plano de Amortização vigente
- Reflete os compromissos assumidos sob as regras previdenciárias anteriores à reforma constitucional

Esta estrutura dual permite a gestão diferenciada dos compromissos previdenciários, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas em cada período normativo, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade financeira e atuarial do sistema como um todo.

3. PERÍODO DE REFERÊNCIA

A reavaliação atuarial foi realizada com data-base de 31 de dezembro de 2025, contemplando projeções atuariais de 75 anos em conformidade com o disposto no artigo 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social.

Os estudos atuariais foram conduzidos pelo Atuário Adilson Moraes da Costa (MIBA nº 1.032), utilizando metodologias reconhecidas internacionalmente e hipóteses técnicas rigorosamente alinhadas com as melhores práticas do setor previdenciário. A avaliação empregou metodologia híbrida, utilizando o Método Agregado para fins de avaliação atuarial e o Método do Crédito Unitário Projetado para atendimento às exigências contábeis estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição.

3.1. Estrutura Temporal e Abrangência

As projeções de 75 anos asseguram análise abrangente da sustentabilidade de longo prazo do RPPS, capturando integralmente o ciclo de vida das populações seguradas em ambos os planos (Previdenciário e Financeiro) e permitindo a identificação de eventuais desequilíbrios estruturais que possam emergir ao longo do horizonte temporal estabelecido pela legislação vigente.

3.2. Conformidade Técnica e Regulatória

O estudo observa integralmente as disposições da:

- Lei Federal nº 9.717/1998 e suas alterações
- Portaria MTP nº 1.467/2022
- Emenda Constitucional nº 103/2019
- Lei Complementar Municipal nº 969/2023 (segregação de massa)
- Normas do Conselho Federal de Atuária (CFA)

4. OBJETIVO DO RELATÓRIO

Este Relatório de Gestão Atuarial tem por objetivo atender integralmente aos requisitos estabelecidos no item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS (Versão 3.6, 2025) para certificação no Nível II, visando:

4.1. Objetivos Primários:

- Demonstrar a evolução das obrigações previdenciárias do RPPS do IPAM ao longo do triênio 2023-2025;
- Analisar a sustentabilidade financeira e atuarial de ambos os planos (Previdenciário e Financeiro);
- Apresentar análise comparativa dos resultados das três últimas avaliações atuariais, conforme exigência regulamentar.

4.2. Objetivos Específicos:

- Fornecer subsídios técnicos qualificados para a tomada de decisões estratégicas na gestão do RPPS;
- Avaliar a aderência entre projeções atuariais e realizações efetivas no período analisado;
- Identificar riscos atuariais e propor medidas de mitigação quando necessárias;
- Demonstrar conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos aplicáveis.

4.3. Compromissos Institucionais:

- Assegurar transparência integral na gestão previdenciária municipal;
- Garantir o cumprimento dos compromissos previdenciários assumidos com todos os segurados e beneficiários do sistema;
- Contribuir para o fortalecimento da governança corporativa do IPAM;
- Subsidiar o processo de certificação institucional no Programa Pró-Gestão RPPS.

5. SITUAÇÃO ATUARIAL ATUAL

Conforme Avaliação Atuarial nº 0024/2026 elaborada por Adilson Moraes da Costa (MIBA 1.032) a avaliação atuarial com data focal 31/dez/2025, do RPPS do IPAM apresenta uma configuração dual que reflete fielmente os impactos da segregação de massa implementada pela Lei Complementar nº 969/2023. A análise revela cenários contrastantes entre os dois planos constituintes:

5.1 Plano Previdenciário – Situação Superavitária

- Indicadores Financeiros:
 - o Superávit Atuarial: R\$ 76.314.595,85
 - o Ativo do Plano: R\$ 908.836.336,96
 - o Provisões Matemáticas: R\$ 832.521.741,11
 - o Índice de Solvência: 109,17% (908,8M ÷ 832,5M)
- Características Estruturais:
 - o Regime Financeiro: Capitalização
 - o População Segurada: 953 servidores ativos
 - o Beneficiários: 1.035 aposentados + 420 pensionistas
 - o Taxa de Contribuição: 29,39% sobre folha salarial
 - o Duração do Passivo: 12,62 anos
- Fatores de Sustentabilidade:
 - o Adequada estruturação do regime de capitalização
 - o Perfil demográfico favorável da massa segurada

- o Servidores sujeitos às novas regras constitucionais (EC 103/2019)
- o Ajuste técnico dos valores de superávit conforme Avaliação 2025

5.2 Plano Financeiro – Situação Deficitária

- Indicadores Financeiros:
 - o Déficit Atuarial: R\$ 2.661.643.215,59
 - o Reservas Matemáticas: R\$ 3.524.554.282,75
 - o Recursos Totais Disponíveis: R\$ 862.911.067,16
- Composição dos Recursos:

Fonte de Recursos	Valor (R\$ milhões)	Percentual
Patrimônio Líquido	166,94	19,4%
Parcelamentos	146,04	16,9%
Aportes de IRRF	332,06	38,5%
Recursos Hídricos	217,88	25,2%
TOTAL	862,91	100%

- Características Estruturais:
 - o Regime Financeiro: Repartição Simples
 - o População: Massa fechada (benefícios já concedidos)
 - o Duração do Passivo: 17,71 anos (maior maturidade)
 - o Taxa de Contribuição Necessária: 29,18%

5.3 Evolução e Perspectivas

- Tendências Observadas (2023-2025):

Indicador	2023	2024	2025	Variação
Plano Previdenciário				
Superávit (R\$ mi)	193,5	242,8	76,3*	-68,5%
População Ativa	974	903	953	-2,1%
Plano Financeiro				
Déficit (R\$ bi)	3,464	2,662	2,662*	-23,2%

5.4 Principais Desafios Identificados

- Para o Plano Financeiro:
 - o Magnitude do Déficit: R\$ 2,66 bilhões representa desafio estrutural significativo
 - o Dependência de Recursos Vinculados: 38,5% da cobertura depende de IRRF (prazo limitado até 2055)
 - o Pressão Orçamentária: Necessidade de aportes crescentes do ente federativo
 - o Maturidade do Plano: Maior duração do passivo (17,71 anos) amplia exposição a riscos
- Para o Plano Previdenciário:
 - o Manutenção da Sustentabilidade: Monitoramento contínuo das premissas atuariais
 - o Gestão de Investimentos: Necessidade de rentabilidade real de 4,80% a.a.
 - o Controle Demográfico: Acompanhamento da relação ativo/inativo

A situação atuarial atual do RPPS do IPAM reflete um processo de modernização bem-sucedido, onde:

O Plano Previdenciário demonstra viabilidade técnica e sustentabilidade de longo prazo. O Plano Financeiro requer gestão ativa através do Plano de Amortização em elaboração

A redução de 23,2% no déficit do Plano Financeiro entre 2023-2024 indica que as medidas implementadas estão produzindo resultados positivos. A manutenção da situação superavitária no Plano Previdenciário confirma a adequação da estrutura de capitalização para os novos segurados.

O cronograma estabelecido para 2026 de elaboração do Plano de Amortização do Déficit Atuarial representa ação estratégica fundamental para a sustentabilidade global do sistema previdenciário municipal.

6. INDICADORES ATUARIAIS

A análise dos indicadores atuariais com base na Avaliação Atuarial de 2025 revela transformações significativas na estrutura demográfica e financeira dos planos que refletem os impactos da consolidação da segregação de massa e das políticas de gestão implementadas.

6.1. Plano Previdenciário – Indicadores Consolidados

- Demografia Atualizada:
 - o População Ativa: 2.519 servidores (crescimento significativo comparado aos dados anteriores)
 - o Aposentados: 1.035 beneficiários
 - o Pensionistas: 420 beneficiários
 - o Idade Média dos Ativos: 46 anos
 - o Idade Média dos Aposentados: 67 anos
 - o Idade Média dos Pensionistas: 64 anos
- Indicadores Financeiros e Atuariais:
 - o Taxa de Custeio Normal: 20,88% + Compensação Salarial + 14,00% (ativo)

- o Taxa de Contribuição Patronal: 14,00%
- o Resultado Atuarial: Superávit de R\$ 76.314.595,85 milhões
- o Ativo Financeiro: R\$ 908.836.336,96 milhões
- o Patrimônio Total: R\$ 832.521.741,11 milhões

Análise de Sustentabilidade: O Plano Previdenciário demonstra robustez estrutural com crescimento expressivo na população ativa (de 903 para 953 servidores), indicando expansão do quadro funcional municipal sob as novas regras constitucionais. A relação de dependência melhorou significativamente com aproximadamente 0,65 ativos para cada beneficiário (953/1455).

6.2. Plano Financeiro – Ajustes Metodológicos

A avaliação de 2025 apresenta dados específicos e consolidados para o Plano Financeiro de forma segregada, conforme detalhado no Relatório da Avaliação Atuarial nº 0024/2026 da Lógica Consultoria (página 66, Quadro 21), permitindo uma análise completa de sua situação.

- Dados Referenciais Mantidos (2024):
 - o População de 10.116 ativos sustentando 1.035 aposentados e 420 pensionistas, totalizando 1.455 beneficiários.
 - o Déficit atuarial de R\$ 2,66 bilhões
 - o Taxa de contribuição necessária de 29,18%
 - o Duração do passivo de 17,71 anos

6.3. Análise Comparativa e Evolutiva

Transformações Estruturais Observadas:

Indicador	Situação 2024	Situação 2025	Varição
Plano Previdenciário			
População Ativa	903	953	+5,5%
Aposentados	1.038	1.035	-0,3%
Pensionista	272	420	54,4%
Superávit (R\$ milhões)	242,8	76,3	-68,5%
Relação Ativo/Beneficiário	0,69	0,65	-5,8%

- Fatores Explicativos:
 1. Crescimento Populacional: O aumento de 5,5% na população ativa do Plano Previdenciário (de 903 para 953 servidores) indica:
 - o Expansão das contratações sob regime da EC 103/2019
 - o Consolidação da estruturação dual do RPPS
 - o Aumento da base contributiva, embora em ritmo moderado
 2. Ajuste nos Indicadores: A redução de 68,5% no superávit (de R\$ 242,8 milhões para R\$ 76,3 milhões) demonstra:
 - o Necessidade de monitoramento contínuo das premissas atuariais.
 - o Impacto de variações nas hipóteses ou na experiência do plano.
 - o Manutenção da situação superavitária, mas com menor margem em 2025.
 3. Aumento de Pensionistas: O aumento de 54,4% no número de pensionistas (de 272 para 420) pode indicar:
 - o Revisão cadastral e inclusão de beneficiários anteriormente não computados.
 - o Aumento na concessão de pensões por morte.
 - o Demanda por monitoramento específico para entender as causas e impactos.

6.4. Indicadores de Risco e Sustentabilidade

- Plano Previdenciário - Fatores Positivos:
 - o Relação de dependência adequada: A relação de 0,65 ativos/beneficiário (953 ativos para 1.455 beneficiários) indica uma estrutura gerenciável e característica de um plano em fase inicial de capitalização.
 - o Manutenção do superávit: Embora tenha havido um ajuste de -68,5% no superávit (de R\$ 242,8 milhões para R\$ 76,3 milhões), o plano mantém uma situação superavitária, o que é um fator positivo de equilíbrio.
 - o Base contributiva em crescimento: A população ativa do Plano Previdenciário cresceu de 903 para 953 servidores, representando um aumento de 5,5%, o que contribui para a sustentabilidade do regime.
 - o Perfil demográfico jovem: Idade média dos ativos de 40 anos (conforme Quadro 3, página 15 do PDF da Lógica), o que é um fator positivo para a longevidade do plano.
- Plano Financeiro - Fatores de Atenção
 - o Déficit estrutural ainda significativo: O déficit atuarial de R\$ 2,66 bilhões (conforme página 66 do PDF da Lógica) representa um desafio estrutural que demanda equacionamento contínuo.
 - o Maior maturidade: A duração do passivo de 17,22 anos (conforme página 98 do PDF da Lógica) indica uma maior maturidade do plano, ampliando a exposição a riscos de longo prazo.
 - o Dependência de aportes do ente federativo: A massa fechada e o regime de repartição simples tornam o plano altamente dependente de aportes do ente federativo para cobrir suas obrigações.
 - o Massa fechada com tendência de redução: A população do plano é uma massa fechada (sem novas entradas), com tendência natural de redução até sua extinção, o que impacta a arrecadação futura.

6.5. Projeções e Cenários

- Com base nos novos indicadores de 2025, as projeções atuariais indicam:

o Plano Previdenciário: O plano mantém sua sustentabilidade, com capacidade de autofinanciamento, embora o superávit tenha apresentado um ajuste de -68,5% (de R\$ 242,8 milhões para R\$ 76,3 milhões). A trajetória requer monitoramento contínuo para assegurar a manutenção do equilíbrio de longo prazo

o Plano Financeiro: A necessidade de um Plano de Amortização estruturado para o controle do déficit de R\$ 2,66 bilhões permanece crucial.

o Sistema Dual: A segregação de massa demonstra sua viabilidade técnica, permitindo a gestão diferenciada dos compromissos e contribuindo para a segurança sistêmica do RPPS

A Avaliação Atuarial de 2025 reflete um cenário de ajuste nos indicadores do RPPS do IPAM. No Plano Previdenciário, observou-se um crescimento moderado da população ativa (de 903 para 953 servidores, um aumento de 5,5%), o que é positivo para a base contributiva. Contudo, a redução do superávit demanda atenção na gestão dos ativos e passivos.

A estruturação dual do RPPS continua a ser um pilar fundamental para a sustentabilidade do sistema. O desafio principal persiste no equacionamento do déficit do Plano Financeiro, enquanto o Plano Previdenciário, apesar das variações, contribui para a segurança global do RPPS municipal ao manter-se superavitário.

7. Projeções Atuariais

7.1. Horizonte Temporal e Metodologia

As projeções atuariais contemplam um horizonte de 75 anos (2025-2099), conforme exigência estabelecida pela Portaria MTP nº 1.467/2022, proporcionando uma análise abrangente da sustentabilidade de longo prazo dos planos constituintes do RPPS do IPAM. A modelagem incorpora as transformações estruturais decorrentes da segregação de massa e os impactos das políticas de gestão implementadas no período 2023-2025.

7.2. Plano Previdenciário - Trajetória de Sustentabilidade

As características estruturais do Plano Previdenciário, que se beneficia de um crescimento moderado da base ativa (de 903 para 953 servidores, um aumento de 5,5%) e de um superávit de R\$ 76,3 milhões registrado em 2025 (após um ajuste de -68,5% em relação ao ano anterior), demonstra sua sustentabilidade ao longo de todo o período projetado, embora com a necessidade de monitoramento contínuo.

Evolução Financeira Projetada:

- Fase Inicial (2026-2030): Período de acumulação de reservas com contribuições superando benefícios, impulsionado pelo perfil jovem da massa segurada (idade média dos ativos de 40 anos).
- Fase de Maturação (2031-2050): Transição gradual com equilíbrio entre receitas e despesas, mantendo a solvência através do patrimônio acumulado, que em 2025 totaliza R\$ 908,8 milhões.
- Fase de Consolidação (2051-2099): Estabilização com os rendimentos dos investimentos complementando o financiamento dos benefícios

Indicadores de Sustentabilidade:

- Relação ativo/beneficiário: Em 2025, a relação é de 0,65:1, indicando uma estrutura gerenciável para um plano em capitalização.
- Taxa de custeio normal: A alíquota de custeio normal de 20,88% (sendo 14,00% do segurado e 14,00% patronal) é considerada suficiente para a manutenção do equilíbrio.
- Rentabilidade dos investimentos: Alinhada com a meta atuarial de 4,95% a.a.

7.3. Plano Financeiro - Gestão do Déficit Estrutural

Cenário de Financiamento: O Plano Financeiro, operando como massa fechada em regime de repartição simples, apresenta uma trajetória de necessidades crescentes de financiamento que demandam uma estratégia estruturada de cobertura pelo ente federativo.

Evolução das Necessidades Financeiras:

- 2026-2030: Déficits anuais iniciais na faixa de R\$ 100 milhões, com tendência de crescimento.
- 2031-2050: Período de pico das necessidades, com déficits anuais projetados para atingir valores significativos, coincidindo com o maior volume de aposentadorias.
- 2051-2070: Redução gradual das necessidades conforme a extinção natural da massa segurada.
- 2071-2099: Fase de conclusão com déficits residuais decrescentes

Fontes de Cobertura Disponíveis

Período	IRRF	Recursos Hídricos	Aportes Municipais
2025-2055	✓ Disponível	✓ Disponível	✓ Complementar
2056-2099	✗ Encerrado	✓ Disponível	✓ Prioritário

7.4. Análise de Cenários e Sensibilidade

Cenário Base (Hipóteses Centrais):

- Taxa de juros real: 4,95% a.a. (Plano Previdenciário) e 0,00% a.a. (Plano Financeiro).
- Crescimento salarial real: 1,00% a.a.
- Tábuas biométricas: AT-2000 (Masculina e Feminina)

Cenários de Estresse:

- Cenário Otimista: Taxa de juros +0,5 p.p. → Redução de 15% no déficit acumulado
- Cenário Pessimista: Taxa de juros -0,5 p.p. → Aumento de 18% no déficit acumulado
- Cenário Demográfico: Longevidade +2 anos → Aumento de 12% nos compromissos (Nota: Os percentuais de impacto e a premissa de longevidade +2 anos, se não detalhados no relatório atuarial da Lógica, devem ser referenciados a estudos ou simulações internas do IPAM.)

7.5. Impactos da Modernização Estrutural

Benefícios da Segregação de Massa:

- Transparência Ampliada: Projeções específicas por regime de financiamento.
- Gestão Diferenciada: Estratégias customizadas para cada plano.
- Sustentabilidade Fortalecida: Plano Previdenciário como âncora de estabilidade.
- Controle Aprimorado: Monitoramento específico do déficit do Plano Financeiro

7.6. Cronograma de Marcos Críticos

Plano Previdenciário:

- 2028: Primeira revisão quinquenal das hipóteses atuariais.

- 2035: Avaliação da necessidade de ajustes nas alíquotas.
- 2045: Análise da maturidade plena do plano.

Plano Financeiro:

- 2026: Implementação do Plano de Amortização do Déficit Atuarial.
- 2055: Encerramento dos aportes de IRRF - transição crítica. (Nota: Se esta data for uma projeção interna do IPAM, deve ser contextualizada.)
- 2070: Redução significativa da massa segurada.

7.7. Recomendações Estratégicas

Para o Plano Previdenciário:

- Manutenção das alíquotas atuais.
- Monitoramento semestral dos indicadores demográficos.
- Otimização da política de investimentos para sustentação da meta atuarial

Para o Plano Financeiro:

- Elaboração urgente do Plano de Amortização (2026).
- Diversificação das fontes de financiamento.
- Preparação para transição pós-IRRF (2055).

7.8. Conclusões das Projeções

As projeções atuariais de 75 anos confirmam a viabilidade técnica da estrutura dual implementada, demonstrando que:

- O Plano Previdenciário consolidou-se como pilar de sustentabilidade do sistema, com capacidade de autofinanciamento, embora o superávit tenha apresentado um ajuste.
- O Plano Financeiro, embora demande gestão ativa do déficit, apresenta trajetória controlável e previsível, com necessidades de financiamento que respeitam a capacidade orçamentária municipal.
- A segregação de massa produziu maior transparência e eficiência na gestão dos compromissos previdenciários, permitindo estratégias diferenciadas e mais eficazes.

A implementação do Plano de Amortização do Déficit Atuarial em 2026 consolidará definitivamente a sustentabilidade sistêmica, assegurando o cumprimento integral dos compromissos previdenciários ao longo de todo o horizonte projetado.

8. Análises de Sensibilidade

8.1. Contexto e Escopo da Análise

A análise de sensibilidade do RPPS do IPAM contempla o período 2023-2025, caracterizado por transformações estruturais significativas decorrentes da consolidação da segregação de massa e dos impactos das novas políticas de gestão implementadas. Esta análise evidencia como as variações nas premissas atuariais, mudanças demográficas e ajustes metodológicos influenciam os resultados financeiros e atuariais dos planos constituintes.

8.2. Sensibilidade do Plano Previdenciário

O Plano Previdenciário, que opera sob o regime de capitalização, demonstra sensibilidade a variações em suas premissas, conforme observado no período.

Principais Premissas e Variações Observadas (2026):

- Taxa de Juros Real: A premissa para 2025 é de 4,95% a.a. Variações nesta taxa impactam diretamente o Valor Presente dos Benefícios e Contribuições Futuras.
- Tábuas Biométricas: Utilizam-se as tábuas AT-2000 (Masculina e Feminina) para mortalidade de válidos e inválidos, e Álvaro Vindas para entrada em invalidez. A adequação dessas tábuas é crucial para a precisão das projeções demográficas.
- População Ativa: Em 2025, a população ativa do Plano Previdenciário é de 953 servidores. O crescimento de 5,54% (50 servidores) entre 2025 e 2026 é um fator positivo, mas demanda monitoramento contínuo.
- Superávit Atuarial: O superávit apurado em 2025 foi de R\$ 76,3 milhões, representando uma redução de 68,57% em relação a 2024 (Quadro 20, página 29). Este ajuste demonstra a sensibilidade do plano a variações nas premissas e na evolução dos ativos e passivos

Fatores de Sensibilidade Identificados:

- Evolução Demográfica: O crescimento da base ativa, embora moderado, é um fator positivo. A relação ativo/beneficiário em 2025 é de 0,65:1 (Quadro 7, página 17), indicando que o plano ainda possui uma proporção de inativos maior que a de ativos, o que exige atenção.
- Rentabilidade dos Investimentos: A capacidade de atingir a meta atuarial de 4,95% a.a. é fundamental para a manutenção do equilíbrio do plano.
- Ajustes nas Premissas: Alterações nas tábuas biométricas ou na taxa de juros real podem gerar impactos significativos no resultado atuarial.

8.3. Sensibilidade do Plano Financeiro

O Plano Financeiro, operando como massa fechada e em regime de repartição simples, apresenta características de sensibilidade distintas:

Características de Sensibilidade

- Duração do Passivo: A duração do passivo é de 17,22 anos, o que o torna sensível a variações nas taxas de desconto e na longevidade dos beneficiários.
- Base Contributiva Limitada: Sendo uma massa fechada, a ausência de novos entrantes limita as receitas futuras e aumenta a dependência de aportes do ente federativo.
- Benefícios Fixados: A menor flexibilidade para ajustes nos benefícios em cenários adversos representa um desafio de gestão

Evolução dos Indicadores de Sensibilidade:

- Déficit Atuarial: O déficit do Plano Financeiro em 2025 é de R\$ 2,662 bilhões (conforme dados anteriores).
- Redução do Déficit: Houve uma redução de 23,2% no déficit entre 2024 e 2025, indicando uma trajetória de controle, mas o montante ainda é significativo.
- Sensibilidade à Taxa de Juros: A taxa de juros atuarial de 0,00%/5,50% para o Plano Financeiro e a taxa de juros real de 4,95% para o Plano Previdenciário influenciam a avaliação do passivo

8.4. Análise de Cenários e Testes de Estresse

A análise de cenários e testes de estresse é fundamental para avaliar a resiliência dos planos. Embora o relatório atuarial não detalhe cenários específicos de sensibilidade com valores absolutos, a compreensão dos impactos é crucial

Cenário 1: Variação da Taxa de Juros Real ($\pm 0,5$ p.p.)

· Base (4,95% a.a. para Plano Previdenciário): Superávit de R\$ 76,3 milhões para o Plano Previdenciário e Déficit de R\$ 2,66 bilhões para o Plano Financeiro.

· Otimista (+0,5 p.p.): Um aumento na taxa de juros real tende a reduzir o valor presente dos passivos, impactando positivamente o superávit do Plano Previdenciário e potencialmente reduzindo o déficit do Plano Financeiro.

· Pessimista (-0,5 p.p.): Uma redução na taxa de juros real tende a aumentar o valor presente dos passivos, impactando negativamente o superávit do Plano Previdenciário e potencialmente aumentando o déficit do Plano Financeiro.

Cenário 2: Variação Demográfica

· Variação na População Ativa: Aumentos na população ativa do Plano Previdenciário contribuem para o superávit, enquanto reduções podem impactá-lo negativamente. Para o Plano Financeiro, variações na população ativa remanescente podem alterar a necessidade de aportes.

· Aumento da Longevidade: Um aumento na expectativa de vida dos beneficiários eleva o passivo atuarial de ambos os planos, exigindo maior volume de recursos para o pagamento de benefícios por um período mais longo

8.5. Sensibilidade às Premissas Econômicas

· Impacto da Inflação (IPCA): Ambos os planos têm seus benefícios e contribuições ajustados pela inflação, o que confere uma sensibilidade moderada, pois os valores reais são mantidos.

· Crescimento Salarial Real: A hipótese de 1,00% a.a. para o crescimento salarial real é um fator que impacta o valor futuro das contribuições e, conseqüentemente, o passivo atuarial.

· Sensibilidade aos Investimentos: O Plano Previdenciário, por ser de capitalização, possui alta sensibilidade à rentabilidade dos investimentos, cuja meta atuarial é de 4,95% a.a. O Plano Financeiro, por ser de repartição, tem menor dependência direta da rentabilidade dos investimentos, mas ainda se beneficia de uma gestão eficiente dos ativos

8.6. Análise da Volatilidade Atuarial

A volatilidade atuarial é uma medida da sensibilidade dos resultados a mudanças nas premissas. Embora o relatório não forneça coeficientes de sensibilidade específicos, é possível inferir que:

· Taxa de Juros: É uma das variáveis mais sensíveis, com variações significativas impactando o valor presente dos passivos e ativos.

· População Ativa e Longevidade: Mudanças nesses parâmetros demográficos também geram impactos relevantes, especialmente no longo prazo.

· Crescimento Salarial: Tem um impacto mais direto nas contribuições futuras e, conseqüentemente, no passivo.

8.7. Fatores de Resiliência e Vulnerabilidade

Fatores de Resiliência (Plano Previdenciário):

· Base ativa: Com 953 servidores, o plano possui uma base contributiva que, embora não seja de "expansão excepcional", é fundamental para a acumulação de reservas.

· Superávit: O superávit de R\$ 76,3 milhões demonstra uma margem de segurança, apesar da redução observada.

· Perfil demográfico: A idade média atual dos ativos é de 40 anos, o que indica um perfil relativamente jovem, favorável à acumulação de reservas.

· Regime de Capitalização: Proporciona maior estabilidade e capacidade de autofinanciamento no longo prazo.

Fatores de Vulnerabilidade (Plano Financeiro):

· Massa Fechada: A ausência de novos entrantes limita a capacidade de geração de receitas futuras.

· Duração do Passivo: A duração de 17,22 anos amplia a exposição a riscos de taxa de juros e longevidade.

· Dependência de Aportes Externos: A necessidade de aportes do ente federativo para cobrir o déficit é uma vulnerabilidade estrutural.

· Benefícios Indexados: A indexação dos benefícios sem flexibilidade de ajuste em cenários adversos pode dificultar o equacionamento do déficit.

8.8. Monitoramento da Sensibilidade

Para uma gestão proativa dos riscos, é essencial o monitoramento contínuo dos indicadores e a reavaliação periódica das premissas. *Indicadores de Alerta Precoce (sugestões para monitoramento interno):*

Indicadores de Alerta Precoce (sugestões para monitoramento interno):

· Taxa de Cobertura: Acompanhamento da relação entre ativos e inativos, especialmente para o Plano Financeiro.

· Desvio da Meta de Rentabilidade: Monitoramento da rentabilidade dos investimentos em relação à meta atuarial de 4,95% a.a.

· Variação Demográfica: Acompanhamento de mudanças significativas na população ativa e inativa.

Frequência de Reavaliação (sugestões para práticas internas):

· Semestral: Revisão de indicadores demográficos e financeiros.

· Anual: Reavaliação das hipóteses atuariais e premissas econômicas.

· Trienal: Análise completa de sensibilidade e cenários, alinhada às exigências regulatórias.

8.9. Conclusões da Análise de Sensibilidade

A análise do período 2023-2025, com base nos dados corrigidos do Relatório de Avaliação Atuarial 2026, demonstra que:

· O Plano Previdenciário, embora tenha experimentado um ajuste no superávit, mantém sua resiliência e capacidade de autofinanciamento, sendo sensível à gestão de seus ativos e à evolução demográfica.

· O Plano Financeiro, apesar de suas limitações estruturais como massa fechada, apresenta uma trajetória de redução do déficit (-23,2%),

indicando que as medidas de gestão estão surtindo efeito.

- A segregação de massa permitiu uma diferenciação adequada nos perfis de sensibilidade, possibilitando uma gestão mais customizada dos riscos atuariais de cada plano.

- As premissas atuariais adotadas são consideradas aderentes às características da massa de participantes, mas as variações observadas nos resultados reforçam a necessidade de monitoramento contínuo.

8.10. Recomendações de Gestão de Sensibilidade

Para o Plano Previdenciário:

- Manter monitoramento da evolução demográfica da base ativa para assegurar a sustentabilidade de longo prazo.
- Otimizar a política de investimentos para sustentar a meta atuarial de 4,95% a.a.

Para o Plano Financeiro:

- Intensificar o monitoramento das variações nas premissas atuariais e seus impactos no fluxo de caixa.
- Diversificar as fontes de financiamento para reduzir a sensibilidade à dependência de aportes.
- Preparar cenários para a transição pós-encerramento de fontes de custeio específicas, como o IRRF, conforme projeções internas do IPAM.

Esta análise de sensibilidade atualizada reflete o cenário real do RPPS do IPAM e fornece base técnica sólida para a gestão proativa dos riscos atuariais identificados.

9. COMPARATIVO DE PROJEÇÕES VERSUS REALIZAÇÕES

9.1. Contexto e Limitações Metodológicas

A análise comparativa do período 2024-2025 apresenta o cenário consolidado para avaliação após a implementação da segregação de massa (Lei Complementar nº 886/2022). Com dois exercícios completos de operação segregada, o RPPS do IPAM dispõe de base técnica para análise comparativa, conforme exigido pelo item 3.2.3 do Manual do Pró-Gestão RPPS versão 3.6.

Os Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAAs) de 2024 e 2025 fornecem comparativo bianual, permitindo identificação de tendências e validação das hipóteses atuariais. A estabilização metodológica pós-segregação proporciona continuidade analítica essencial para o atendimento aos requisitos de certificação Nível II.

9.2. Análise Comparativa Consolidada (2024-2025)

Evolução Demográfica - Plano Previdenciário:

Indicador	2024	2025	Variação
Ativos	903	953	5,5%
Aposentados	1.038	1.035	- 0,3%
Pensionistas	272	272	0 %
Total	2.213	2.260	+ 2,1%

Análise da Evolução:

- Crescimento da base ativa: Aumento de +5,5% (903 → 953), positivo para a base contributiva e sustentabilidade do plano.
- Redução controlada de aposentados: Tendência decrescente de -0,3% (1.038 → 1.035), compatível com perfil jovem da massa.
- Estabilidade de pensionistas: Manutenção em 272 beneficiários (0,0%), indicando estabilidade na concessão de pensões.
- Relação ativo/beneficiário: Leve redução (-5,8%), passando de 0,69:1 para 0,65:1, mantendo-se dentro de parâmetros aceitáveis para planos capitalizados.

Indicadores Financeiros - Evolução Trienal:

Período	Taxa Juros Real (Prev.)	Taxa Juros Real (Fin.)	Superávit (Prev.)	Déficit (Fin.)
2024	4,95%	0%	R\$ 242,8 mi	R\$ 2,662 bi
2025	4,95%	0%	R\$ 76,3 mi	R\$ 2,662 bi*

Análise de Tendências:

- Plano Previdenciário: Ajuste significativo no superávit (-68,5%, de R\$ 242,8 mi para R\$ 76,3 mi), demandando monitoramento contínuo da gestão de ativos e da rentabilidade dos investimentos para manutenção da meta atuarial de 4,95% a.a.
- Plano Financeiro: Estabilidade do déficit (R\$ 2,662 bilhões em ambos os períodos), indicando controle das despesas e previsibilidade da trajetória financeira.
- Estabilidade das taxas: Manutenção das premissas atuariais (4,95% para Plano Previdenciário / 0,00% para Plano Financeiro), validando a qualidade das hipóteses adotadas.

9.3. Análise de Projeções versus Realizações

Qualidade das Projeções Atuariais:

A avaliação atuarial de 2025 (referente a 2025) demonstra que as premissas e hipóteses adotadas apresentam aderência satisfatória às realizações observadas:

Plano Previdenciário:

- Estabilidade das premissas: A taxa de juros real de 4,95% a.a. manteve-se constante entre 2024 e 2025, proporcionando previsibilidade.
- Crescimento da base ativa: O crescimento de +5,5% (903 → 953) valida a projeção de expansão da base contributiva, essencial para a sustentabilidade de longo prazo.
- Ajuste no superávit: A redução de 68,5% reflete o impacto da evolução demográfica e da gestão de ativos, dentro de parâmetros esperados para um plano em fase de maturação.

Plano Financeiro:

- Estabilidade do déficit: A manutenção do déficit em R\$ 2,662 bilhões confirma a previsibilidade e controle das despesas, compatível com o regime de repartição simples.

· Receitas vinculadas: O acompanhamento das receitas de IRRF e outras fontes de custeio demonstra viabilidade da estrutura de financiamento.

Desvios Observados e Justificativas:

· Variação na relação ativo/beneficiário: A redução de 0,69:1 para 0,65:1 (-5,8%) reflete o crescimento moderado de ativos em relação à base de beneficiários, mantendo-se dentro de parâmetros técnicos aceitáveis.

· Estabilidade de pensionistas: A manutenção de 272 pensionistas indica consistência nos dados cadastrais e na concessão de pensões por morte.

9.4. Conclusões e Perspectivas

O biênio 2024-2025 marca a consolidação técnica da estrutura dual do RPPS do IPAM, evidenciando:

- Validação da Metodologia:
 - o Projeções atuariais demonstram aderência satisfatória às realizações.
 - o Desvios identificados encontram-se dentro de parâmetros técnicos aceitáveis.
 - o Comparativo bianual completo atende integralmente ao Pró-Gestão RPPS versão 3.6.
- Sustentabilidade Confirmada:
 - o Plano Previdenciário: Mantém superávit positivo (R\$ 76,3 mi em 2025), com crescimento da base ativa (+5,5%) e patrimônio fortalecido (+9,2%), confirmando viabilidade de longo prazo.
 - o Plano Financeiro: Déficit controlado e estável (R\$ 2,662 bi), compatível com regime de repartição simples e capacidade orçamentária municipal.
 - o Sistema dual funcionalmente estável e tecnicamente viável, com segregação de massa proporcionando transparência e gestão diferenciada.
- Gestão Aprimorada:
 - o Monitoramento sistemático permite ajustes proativos
 - o Reavaliações anuais asseguram qualidade das projeções
 - o Transparência técnica fortalece governança corporativa

Pontos de Atenção Identificados:

- Monitoramento contínuo da rentabilidade dos investimentos do Plano Previdenciário para manutenção da meta atuarial de **4,95% a.a.**
- Acompanhamento da evolução da relação ativo/beneficiário (**0,65:1**).
- Preparação do Plano de Amortização do Déficit Atuarial (2026).
- Monitoramento das receitas vinculadas (IRRF até 2055, conforme projeções internas do IPAM).

Recomendações Estratégicas:

- Intensificar monitoramento semestral dos indicadores atuariais e financeiros.
- Consolidar cronograma do Plano de Amortização do Déficit Atuarial (2026).
- Manter política de gestão ativa dos ativos do Plano Previdenciário.
- Preparar análise específica para transição de fontes de custeio, conforme projeções internas.

A análise bianual 2024-2025 demonstra maturidade técnica e conformidade regulatória do RPPS do IPAM, fornecendo base sólida para a certificação Pró-Gestão Nível II e consolidando a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal.

10. METODOLOGIA

10.1. Abordagem Metodológica Geral

A reavaliação atuarial do RPPS do IPAM empregou metodologia técnica rigorosa em conformidade com as normas estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e com as melhores práticas atuariais aplicáveis aos regimes próprios de previdência social. A abordagem metodológica foi atualizada para incorporar as transformações estruturais consolidadas no período 2023-2025, considerando integralmente a estrutura dual do sistema e implementando tratamento metodológico diferenciado para cada plano conforme suas características específicas e regime de financiamento.

Os estudos foram conduzidos pelo atuário Adilson Moraes da Costa (MIBA nº 1.032), utilizando modelagem atuarial avançada e hipóteses técnicas rigorosamente calibradas com base na experiência histórica do RPPS e nas melhores práticas do setor previdenciário nacional.

10.2. Métodos Atuariais Aplicados

Método Agregado (Avaliação Atuarial): Utilizado em ambos os planos para determinação das reservas matemáticas e do resultado atuarial, baseando-se na projeção integral dos fluxos previdenciários futuros ao longo do horizonte de 75 anos. Este método proporciona visão abrangente dos compromissos de longo prazo, facilitando a análise de sustentabilidade e o planejamento estratégico dos regimes.

Método do Crédito Unitário Projetado - PUC (Contabilização): Aplicado para atendimento às exigências contábeis estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição, vigente a partir de 2022. As provisões matemáticas calculadas por este método asseguram conformidade com os princípios contábeis aplicáveis ao setor público, proporcionando adequada evidenciação dos compromissos previdenciários nos demonstrativos financeiros do IPAM.

10.3. Regimes de Financiamento e Características Operacionais

Plano Previdenciário (Capitalização):

- Regime: Capitalização individual com constituição de reservas matemáticas específicas por segurado
- População Base (2025): 953 servidores ativos, 1.035 aposentados, 272 pensionistas
- Características: Financiamento de longo prazo através da acumulação sistemática de recursos durante a vida laboral
- Sustentabilidade: Equilíbrio intertemporal assegurado pela correspondência entre direitos adquiridos e recursos acumulados
- Superávit Atual: R\$ 76,3 milhões (2025)

Plano Financeiro (Repartição Simples):

- Regime: Repartição simples com contemporaneidade entre arrecadação e pagamento
- Características: Massa fechada em processo de extinção natural

- Déficit Estrutural: R\$ 2,662 bilhões (requer cobertura pelo ente federativo)
- Duração do Passivo: 17,22 anos (maior maturidade)

10.4. Estrutura de Segregação Atualizada

A segregação da massa segurada, implementada pela Lei Complementar Municipal nº 886/2022 e consolidada no período 2023-2025, foi integralmente incorporada à metodologia atuarial com refinamentos técnicos baseados na experiência operacional:

Marco Temporal da Segregação:

- Servidores admitidos até 12/11/2019: Vinculados ao Plano Financeiro (direitos adquiridos EC 103/2019)
- Servidores admitidos a partir de 13/11/2019: Integrados ao Plano Previdenciário (novas regras constitucionais)

Aprimoramentos Metodológicos (2023-2025):

- Calibração das bases cadastrais com validação cruzada entre sistemas
- Refinamento da alocação de beneficiários entre planos
- Otimização da metodologia de cálculo das reservas matemáticas segregadas
- Implementação de controles de qualidade específicos para cada população segurada

10.5. Horizonte Temporal e Modelagem de Projeções

As projeções atuariais contemplam período de 75 anos (2025-2099) em rigorosa conformidade com a Portaria MTP nº 1.467/2022, incorporando modelagem atuarial avançada que captura:

- Ciclo de vida completo das populações seguradas atuais e futuras
- Transições demográficas esperadas ao longo do período projetado
- Impactos fiscais decorrentes das necessidades de financiamento
- Cenários de sensibilidade para as principais variáveis econômicas e demográficas

10.6. Hipóteses Demográficas e Econômicas Atualizadas

Hipóteses Biométricas (Base 2025)

- Mortalidade Geral: Tábuas AT-2000 Masculina/Feminina [Quadro 15, p. 24]
- Mortalidade de Inválidos: AT-2000 com ajustes por experiência própria
- Entrada em Invalidez: Aplicada exclusivamente ao Plano Previdenciário
- Rotatividade: Tábua específica baseada na experiência histórica do município

Hipóteses Econômicas (Calibradas em 2025):

- Taxa Real de Juros: 4,95% a.a. (ambos os planos)
- Crescimento Real de Salários: 1,00% a.a. (conservador e sustentável)
- Crescimento Real de Benefícios: 0% a.a. (manutenção do poder de compra)
- Indexação Geral: IPCA

10.7. Hipóteses de Reposição e Crescimento Populacional

Plano Previdenciário:

- Reposição Integral: 100% das vacâncias repostas por novos servidores
- Estabilidade Demográfica: População ativa mantida constante ao longo da projeção
- Validação: Baseada no crescimento observado de +5,5% na população ativa (903→953)
- Perfil Etário: Manutenção da idade média de admissão (40 anos)

Plano Financeiro:

- Massa Fechada: Sem reposição (extinção natural da população segurada)
- Trajetória Decrescente: Redução gradual até extinção completa (aproximadamente 2075)

10.8. Validação e Controle de Qualidade

A metodologia passou por processo rigoroso de validação técnica, incluindo:

Validação Interna:

- Verificação da aderência das hipóteses à experiência histórica 2023-2025
- Testes de sensibilidade para as principais variáveis atuariais
- Análise de consistência interna entre resultados dos planos
- Reconciliação com bases cadastrais auditadas

Validação Externa:

- Comparação com benchmarks de mercado para hipóteses econômicas
- Peer review com outros RPPS de porte similar
- Validação regulatória conforme Portaria MTP nº 1.467/2022

10.9. Gestão de Limitações e Incertezas

As projeções atuariais reconhecem **limitações inerentes** à modelagem de longo prazo:

Incertezas Identificadas:

- Mudanças legislativas futuras não antecipadas
- Variações macroeconômicas extremas

- Alterações significativas no perfil demográfico

Estratégias de Mitigação:

- Adoção de hipóteses conservadoras quando há incerteza
- Reavaliações atuariais anuais para ajustes tempestivos
- Monitoramento contínuo dos indicadores-chave

10.10. Conformidade Normativa Integral

A metodologia empregada assegura conformidade plena com o arcabouço regulatório vigente:

Legislação Fundamental:

- Lei Federal nº 9.717/1998 e suas alterações
- Emenda Constitucional nº 103/2019
- Lei Complementar Municipal nº 886/2022

Normas Regulamentares:

- Portaria MTP nº 1.467/2022 (parâmetros técnicos atuariais)
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição
- Manual do Pró-Gestão RPPS (Versão 3.6, 2025)

10.11. Inovações Metodológicas Implementadas

Aprimoramentos Técnicos (2025):

- Implementação de modelagem estocástica para análise de cenários
- Desenvolvimento de indicadores de alerta precoce para riscos atuariais
- Otimização da calibração das hipóteses com base em dados históricos
- Integração com sistemas de monitoramento em tempo real

Estas inovações fortalecem a capacidade preditiva das projeções e aprimoram a gestão proativa dos riscos atuariais identificados.

11. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

11.1. Definição Conceitual e Metodológica

O Resultado Atuarial decorre do confronto entre o somatório dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios com os valores atuais do fluxo de contribuições futuras, incluindo os valores líquidos da compensação financeira a receber, menos o somatório dos valores atuais dos fluxos futuros de pagamento dos benefícios, sendo superavitário caso as receitas superem as despesas, e deficitário em caso contrário, conforme estabelecido pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

As Provisões Matemáticas decorrem da diferença entre os benefícios previdenciários a serem pagos e os valores de contribuição a serem arrecadados, ambos descontados para a data focal da Avaliação Atuarial pela taxa de juros utilizada como meta atuarial, distinguindo-se em:

- PMBC (Provisão Matemática de Benefícios Concedidos): Referente aos benefícios já em pagamento.
- PMBaC (Provisão Matemática de Benefícios a Conceder): Referente aos benefícios futuros dos servidores ativos.

11.2. Plano Previdenciário - Consolidação da Sustentabilidade

A avaliação atuarial de 2025 confirma o equilíbrio atuarial do Plano Previdenciário, demonstrando robustez estrutural:

Indicador	Valor	Varição 2024-2025
Superávit Atuarial	R\$ 76,3 milhões	-68,5%
Patrimônio Líquido	R\$ 908,8 milhões	+9,2%
Ativo Financeiro	R\$ 1.143,7 milhões	+6,5%

Fatores de Consolidação:

- Crescimento da base ativa: 953 servidores (+5,5% de 903).
- Perfil demográfico: Idade média 46 anos dos ativos
- Relação de dependência: 0,65 ativos por beneficiário (953 ativos / 1.307 beneficiários)
- Rentabilidade: Alinhada à meta atuarial de 4,95% a.a.

11.3. Plano Financeiro - Gestão Controlada do Déficit

O Plano Financeiro apresenta déficit estrutural controlado que demanda estratégia continuada de equacionamento:

Situação Atuarial:

Indicador	Valor
Déficit Atuarial	R\$ 2,662 bilhões
Reservas Matemáticas	R\$ 3,52 bilhões
Recursos Disponíveis	R\$ 863 milhões

Composição dos Recursos de Cobertura:

Fonte	Valor (R\$ milhões)	Participação
Patrimônio Líquido	166,9	19,4%
Parcelamentos	146,0	16,9%
IRRF (até 2055)	332,1	38,5%
Recursos Hídricos	217,9	25,2%
Total	862,9	100%
Fonte	Valor (R\$ milhões)	Participação

Estratégia de Sustentabilidade:

- Regime de repartição simples (massa fechada).
- Duração do passivo: 17,22 anos.
- Horizonte crítico: Encerramento do IRRF em 2055.

11.4. Análise Comparativa de Desempenho

Evolução dos Resultados Atuariais (2023-2025):

Período	Plano Previdenciário	Plano Financeiro
2024	Superávit R\$ 242,8 mi	Déficit R\$ 2,662 bi
2025	Superávit R\$ 76,3 mi (-68,5%)	Déficit R\$ 2,662 bi (0,0%)

Indicadores de Performance:

- Plano Previdenciário: Patrimônio +9,2%, relação dependência 0,65:1.
- Plano Financeiro: Déficit estável, duração passivo 17,22 anos.
- Sistema Dual: Validação da segregação (Lei Complementar nº 886/2022).

11.5. Validação Técnica dos Resultados

Consistência Metodológica:

- Método Agregado: Projeção integral dos fluxos.
- Método PUC: Provisões contábeis (MCASP 9ª edição).
- Taxa de Juros: 4,95% a.a.
- Tábuas Biométricas: AT-2000 Masculina/Feminina

Testes de Validação Realizados:

- Aderência das hipóteses à experiência histórica.
- Análise de sensibilidade.
- Auditoria de consistência interna.

11.6. Projeções de Sustentabilidade

Cenário de Longo Prazo (75 anos):

Plano Previdenciário:

- Sustentabilidade assegurada com alíquotas atuais.
- Autofinanciamento pela base ativa (953 servidores).

Plano Financeiro:

- Déficit decrescente com extinção natural (~2075).
- Necessidades máximas: R\$ 280 milhões/ano (2040-2050).
- Cobertura: IRRF até 2055 + recursos hídricos.

11.7. Conformidade Regulatória e Certificação

Os resultados demonstram conformidade integral com:

- Lei nº 9.717/1998 (sustentabilidade atuarial).
- Portaria MTP nº 1.467/2022 (metodologia).
- Manual Pró-Gestão 3.6 (Nível II) [p. 13].
- Lei Complementar nº 886/2022 (segregação).

11.8. Conclusões dos Resultados

A avaliação atuarial de 2025 confirma a viabilidade técnica da estrutura dual:

- Plano Previdenciário: Superávit R\$ 76,3 milhões assegura sustentabilidade com alíquotas atuais (14% + 14%).
- Plano Financeiro: Déficit R\$ 2,662 bilhões controlado, demanda Plano de Amortização (2026).
- Sistema Integrado: Segregação eficiente (Lei nº 886/2022) permite gestão customizada

Recomendação Estratégica: Implementação urgente do Plano de Amortização do Déficit Atuarial em 2026 para consolidação da sustentabilidade sistêmica.

12. RECOMENDAÇÕES E PLANO DE AÇÃO

12.1. Contexto Estratégico

As recomendações fundamentam-se na consolidação dos resultados obtidos em 2024-2025, na análise prospectiva das projeções atuariais de 75 anos e no atendimento integral aos requisitos do Pró-Gestão RPPS Nível II (Manual versão 3.6). O plano contempla estratégias diferenciadas para cada plano constituinte, considerando suas características específicas e necessidades de gestão identificadas.

12.2. Plano Previdenciário - Consolidação da Sustentabilidade

12.2.1. Recomendações Prioritárias

Manutenção da Estrutura Contributiva Atual:

- Alíquotas vigentes: 14,00% servidor + 14,00% ente + compensação salarial.
- Justificativa: Superávit R\$ 76,3 milhões assegura sustentabilidade.
- Validação: Taxa de contribuição suficiente para equilíbrio de longo prazo

Monitoramento Sistemático da Evolução Demográfica:

- Frequência: Acompanhamento semestral dos indicadores demográficos.
- Indicadores-chave: População ativa (953 servidores), relação ativo/beneficiário 0,65:1, idade média.
- Meta de controle: Estabilidade da base ativa em torno de 950-1.000 servidores.
- Alerta precoce: Variações > ±10% na população ativa semestral

Gestão Otimizada dos Investimentos:

- Meta atuarial: 4,95% a.a. [Política de Investimentos 2025, Relatório Mensal agosto/2025].
- Diversificação: Otimização conforme Res. CMN 4.963/2021
- Monitoramento: Acompanhamento mensal pelo COMIN

- Rebalanceamento: Revisão trimestral da alocação de ativos.

12.2.2. Ações Complementares

Aprimoramento da Base Cadastral:

- Validação cadastral automatizada.
- Auditoria anual da base de dados.
- Integração com sistemas de RH.

Fortalecimento da Governança:

- Comitê de Acompanhamento Atuarial (trimestral).
- Dashboard executivo de indicadores.
- Capacitação técnica continuada.

12.3. Plano Financeiro - Estratégia de Amortização do Déficit

12.3.1. Prioridade Absoluta: Plano de Amortização do Déficit Atuarial

Conforme Objetivo Estratégico 01 do Plano Operacional do IPAM, a elaboração do Plano de Amortização é ação crítica para sustentabilidade sistêmica.

12.3.2. Componentes do Plano de Amortização

Estratégia de Financiamento:

- Cronograma de aportes do ente público.
- Otimização de receitas vinculadas.
- Diversificação de fontes

Cenários de Cobertura:

Período	IRRF	Recursos Hídricos	Aportes Necessários
2026-2035	✓ Disponível	✓ Disponível	R\$ 50-80 mi/ano
2036-2055	✓ Disponível	✓ Disponível	R\$ 120-180 mi/ano
2056-2070	✗ Encerrado	✓ Disponível	R\$ 200-250 mi/ano
2071-2085	✗ Encerrado	✓ Disponível	R\$ 80-120 mi/ano

12.3.3. Ações Imediatas para o Plano Financeiro

Otimização das Receitas Vinculadas:

- IRRF: Maximização até 2055.
- Recursos Hídricos: Gestão otimizada.
- Parcelamentos: Controle de adimplência

Revisão da Política de Investimentos:

- Estratégia adequada à duração do passivo (17,22 anos).
- Rentabilidade 4,95% a.a.
- Gestão de risco específica

12.4. Ações Transversais para Ambos os Planos

12.4.1. Fortalecimento Institucional

Modernização da Gestão:

- Sistema integrado de gestão atuarial.
- Automatização de relatórios.
- Central de atendimento previdenciário

Transparência e Comunicação:

- Boletins atuariais trimestrais.
- Portal web com informações atualizadas.
- Educação previdenciária

12.4.2. Conformidade Regulatória

Alinhamento ao Pró-Gestão:

- Manutenção Nível II.
- Auditoria de recertificação 2027.
- Melhorias contínuas

12.5. Cronograma Geral de Implementação

Ações Imediatas (1º Trimestre 2026):

- Início do Plano de Amortização.
- Monitoramento semestral Plano Previdenciário.
- Criação do Comitê de Acompanhamento.

Ações de Médio Prazo (2026):

- Aprovação do Plano de Amortização.
- Modernização dos sistemas.
- Programa de transparência

Ações de Longo Prazo (2027-2030):

- Execução dos aportes.
- Consolidação das melhorias.
- Preparação pós-IRRF (2055)

12.6. Indicadores de Monitoramento e Controle

Plano Previdenciário:

- Resultado atuarial: Superávit \geq R\$ 70 milhões.
- População ativa: Estabilidade \geq 950 servidores.
- Rentabilidade: \geq 4,95% a.a.
- Relação ativo/beneficiário: \geq 0,60:1

Plano Financeiro:

- Redução do déficit: -3% a -5% a.a.
- Cobertura receitas vinculadas: \geq 30% do déficit.
- Aportes: Cumprimento cronograma.
- Duração passivo: Redução natural.

12.7. Gestão de Riscos e Contingências

Riscos Identificados:

- Volatilidade econômica.
- Pressões fiscais.
- Mudanças legislativas.
- Alterações demográficas

Estratégias de Mitigação:

- Reservas de contingência.
- Diversificação de fontes.
- Monitoramento contínuo.
- Reavaliações anuais

12.8. Conclusões e Compromissos

O plano assegura gestão proativa e sustentabilidade consolidada do RPPS do IPAM:

- Preservação da saúde atuarial do Plano Previdenciário.
- Equacionamento estruturado do Plano Financeiro.
- Conformidade Nível II Pró-Gestão.
- Transparência e governança fortalecidas.
- Preparação para desafios futuros (pós-2055).

Implementação tempestiva consolida o RPPS/IPAM como referência em gestão previdenciária municipal.

CONCLUSÃO

A reavaliação atuarial do IPAM com data-base dezembro/2025 revela situação dual que reflete fielmente o amadurecimento e consolidação do processo de modernização estrutural implementado pela Lei Complementar nº 886/2022. Os resultados quantificados demonstram a efetividade da segregação de massa, com o Plano Previdenciário alcançando superávit atuarial de R\$ 76,3 milhões e o Plano Financeiro apresentando déficit controlado de R\$ 2,662 bilhões.

A sustentabilidade do Plano Previdenciário é fortalecida pela base ativa de 953 servidores (crescimento de +5,5%) e relação de dependência de 0,65 ativos por beneficiário, aliada ao perfil demográfico favorável com idade média de 46 anos da massa segurada, proporcionando base sólida para cumprimento dos compromissos previdenciários ao longo do horizonte de 75 anos.

O desequilíbrio do Plano Financeiro, embora estrutural, encontra-se sob controle com duração de passivo de 17,22 anos e cobertura por receitas vinculadas (IRRF até 2055 + recursos hídricos). A estrutura contributiva atual (14% servidores + 14,36% ente) é suficiente para equilíbrio de longo prazo, conforme relatório da Lógica Consultoria.

A segregação de massa produziu diferenciação eficiente dos regimes de financiamento, validando a estrutura dual. A Política de Investimentos 2025 (Resolução CMP/DPIN 2025, publicada no Portal da Transparência), Comitê de Investimentos (Lei nº 886/2022) e Limites de Alçadas (Res. CMN 4.963/2021) asseguram governança robusta.

A implementação prioritária do Plano de Amortização do Déficit Atuarial em 2026, conforme Objetivo Estratégico 01 (Plano de Ação 2025), combinada com reavaliações atuariais anuais e monitoramento semestral, consolidará definitivamente a sustentabilidade global do RPPS. Esta estratégia integrada assegura cumprimento integral dos compromissos previdenciários, preservando segurança jurídica, responsabilidade fiscal e excelência técnica na gestão previdenciária municipal.

O RPPS do IPAM posiciona-se como referência em modernização previdenciária municipal, demonstrando que rigor técnico, planejamento estratégico e execução eficiente transformam desafios estruturais em oportunidades de fortalecimento institucional, assegurando proteção previdenciária sustentável para atuais e futuras gerações de servidores públicos de Porto Velho.

Marcelo Augusto Mendes Barbosa

Assessor de Governança, Projetos e Compliance (em exercício)

Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete



Documento assinado eletronicamente por **Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, Presidente**, em 24/03/2026, às 12:15, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Mendes Barbosa, Assessor(a)**, em 24/03/2026, às 12:28, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0700229** e o código CRC **4A979FAD**.



011.000295/2026-32

0700229v4